

CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA: EMERGÊNCIA, OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Gustavo F. da Costa Lima

Introdução

O problema ecológico, em nossa sociedade, assumiu, em anos recentes, uma centralidade e presença marcantes na vida cotidiana. Habita o concreto de nossas vidas, a cultura do tempo, assim como as subjetividades individual e coletiva. Dificilmente, vivemos um dia sequer, sem registrar uma referência a esta realidade e seus efeitos abrangentes.

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o fenômeno da consciência ecológica. Busca compreender o significado dessa noção, sua origem histórica – material e simbólica – os fatores sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos que a impulsionaram, como também os principais obstáculos e desafios a seu avanço.

Os motivos que conduziram à presente análise são questionamentos que refletem a crise socioambiental contemporânea. Busca-se compreender as possibilidades e os limites de transformar a consciência e os comportamentos individuais e sociais no sentido de valorização da vida, das relações sociais e destas com a natureza.

As marcas do tempo mostram sinais contraditórios. Somos parte de uma espécie que é, simultaneamente, solidária e egoísta, salvadora e destruidora, *sapiens* (inteligente) e *demens* (demente). (Boff, 1995). Quem vencerá essa luta? Saberemos compreender a crise em que estamos envolvidos e pôr em prática respostas sensatas e viáveis ou esperaremos

o impasse e o desastre para agir? Trabalharemos preventivamente, usando o tempo a nosso favor ou o usaremos contra nós, tardiamente? Saberemos nos organizar em defesa da vida e de sua qualidade ou nos adaptaremos à sua degradação, numa atitude resignada e conformista? Como na tradição chinesa, o ideograma que representa a idéia de crise significa, simultaneamente, perigo e oportunidade. Qual sua opção?

1. Definindo o fenômeno da consciência ecológica

Consciência ecológica é uma expressão exaustivamente utilizada na bibliografia especializada, de anos recentes, sem uma preocupação da maioria dos autores de precisarem a que, exatamente, estão se referindo. A noção focalizada se contextualiza, historicamente, no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando setores da sociedade ocidental industrializada passam a expressar reação aos impactos destrutivos produzidos pelo desenvolvimento tecnocientífico e urbano industrial sobre o ambiente natural e construído. Representa o despertar de uma compreensão e sensibilidade novas da degradação do meio ambiente e das conseqüências desse processo para a qualidade da vida humana e para o futuro da espécie como um todo. Expressa a compreensão de que a presente crise ecológica articula fenômenos naturais e sociais e, mais que isso, privilegia as razões político-sociais da crise relativamente aos motivos biológicos e/ou técnicos. Isto porque entende que a degradação ambiental é, na verdade, conseqüência de um modelo de organização político-social e de desenvolvimento econômico, que estabelece prioridades e define o que a sociedade deve produzir, como deve produzir e como será distribuído o produto social. Isto implica o estabelecimento de um determinado padrão tecnológico e de uso dos recursos naturais, associados a uma forma específica de organização do trabalho e de apropriação das riquezas socialmente produzidas. Comporta, portanto, interesses divergentes entre os vários grupos sociais, dentre os quais aqueles que em posição hegemônica decidem os rumos sociais e os impõe ao restante da sociedade. Assim, os impactos ecológicos e os desequilíbrios sobre os ciclos biogeoquímicos são decorrentes de decisões políticas e econômicas previamente tomadas. A solução para tais problemas, por conseguinte, exige mudanças nas estruturas de poder e de produção e não medidas superficiais e paliativas sobre seus efeitos.

Essa consciência ecológica, que se manifesta, principalmente como compreensão intelectual de uma realidade, desencadeia e materializa ações e sentimentos que atingem, em última instância, as relações sociais e as relações dos homens com a natureza abrangente. Isso quer dizer que a consciência ecológica não se esgota enquanto idéia ou teoria, dada sua capacidade de elaborar comportamentos, e inspirar valores e sentimentos relacionados com o tema. Significa, também, uma nova forma de ver e compreender as relações entre os homens e destes com seu ambiente, de constatar a indivisibilidade entre sociedade e natureza e de perceber a indispensabilidade desta para a vida humana. Aponta, ainda, para a busca de um novo relacionamento com os ecossistemas naturais que ultrapasse a perspectiva individualista, antropocêntrica e utilitária que, historicamente, tem caracterizado a cultura e civilização modernas ocidentais. (Leis, 1992; Unger, 1992; Mansholt, 1973; Boff, 1995; Morin, 1975).

Para Morin, um dos autores que mais avança no esforço de definir o fenômeno:

a consciência ecológica é historicamente uma maneira radicalmente nova de apresentar os problemas de insalubridade, nocividade e de poluição, até então julgados excêntricos, com relação aos “verdadeiros” temas políticos; esta tendência se torna um projeto político global, já que ela critica e rejeita, tanto os fundamentos do humanismo ocidental, quanto os princípios do crescimento e do desenvolvimento que propulsam a civilização tecnocrática, (Morin, 1975).

Sinaliza-se, assim, algumas referências preliminares que indicam o significado aqui atribuído à expressão consciência ecológica.

2. A emergência da consciência ecológica

Historicamente, podemos considerar os anos do pós-2ª Guerra como o marco inicial do processo de conscientização social da destrutividade do sistema tecnocientífico humano, e da ameaça potencial desse sistema para a continuidade da própria vida no planeta. Esta conscientização cresceu, gradualmente, até os dias atuais, através do

trabalho persistente de setores da comunidade científica, da militância dos movimentos ambientalistas, pacifistas e da contracultura, numa primeira fase, com a adesão, na etapa seguinte, da atuação de órgãos governamentais, não-governamentais e internacionais – ONU, BIRD, PNUMA – da iniciativa privada, dos meios de comunicação de massa, e dos demais movimentos sociais e religiosos. Viola e Leis analisam, oportunamente, esse processo de desenvolvimento do ambientalismo mundial e nacional, que transita de uma forma bissetorial preservacionista para um multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. (Viola & Leis, 1995).

O conceito e a proposta de desenvolvimento sustentável são oficialmente apresentados através do Relatório Bruntland, produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD – e publicado em 1987. A proposta inspirada na noção de ecodesenvolvimento, elaborada por Ignacy Sachs e colaboradores, tem como ponto de partida a crítica do modelo de desenvolvimento econômico das nações industriais, considerado esgotado em princípios da década de setenta. Uma das críticas centrais a esse modelo dominante é a contradição existente entre uma proposta de desenvolvimento ilimitado a partir de uma base finita de recursos naturais. Esta contradição tem sido analisada por diversas perspectivas, todas elas evidenciando a insustentabilidade do modelo, a longo prazo. Segundo o Relatório Bruntland o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas. Parte do pressuposto de que os problemas do desenvolvimento e do meio ambiente não podem ser tratados separadamente e atenta para a necessidade de conciliá-los. Para tanto apresenta uma nova concepção de desenvolvimento que conjuga viabilidade econômica, prudência ecológica e justiça social. Inova, ainda, ao defender uma abordagem multidimensional do desenvolvimento que integra à econômica as dimensões ecológicas, políticas, culturais, éticas e sociais e ao introduzir nesse debate os problemas da pobreza e da desigualdade social. (Lima, 1997).

As repercussões desse avanço da consciência ecológica, no meio social, se materializam hoje na grande expansão de agências governamentais voltadas para o ambiental, desde esferas municipais até o nível internacional. Entre as décadas de setenta e oitenta, no exterior e no Brasil, tornou-se

freqüente a criação de secretarias, ministérios, agências especializadas, organismos plurinacionais e partidos políticos envolvidos com a questão ambiental. De modo análogo, o setor privado tem se preocupado em introduzir em seus produtos e estratégias mercadológicas o “apelo verde”, mesmo que de maneira enganadora e superficial, porque já detectou na opinião pública e consumidora o interesse por esta nova tendência. Também nos movimentos da sociedade civil, e naqueles de caráter religioso, a preocupação ecológica se faz presente, como se fora um ingrediente indispensável dos novos tempos. Novos e crescentes espaços são, igualmente, ocupados nos meios de comunicação, nas artes e no meio científico. Crescem o número de publicações ou de seções ecológicas em jornais, revistas e demais meios. As Universidades, apesar da dificuldade em superar suas barreiras disciplinares, introduzem o debate ambiental, ampliam o leque de suas possíveis abordagens e discutem propostas transdisciplinares.

Pode-se, de modo sucinto, avaliar que essa cultura ecológica em expansão traz, simultaneamente, conseqüências positivas e negativas. Positivas no sentido que difunde informações sobre problemas socioambientais, influencia comportamentos, desperta para realidades até então esquecidas, assim como para novas possibilidades de ampliação da cidadania. Negativas na medida em que favorece o modismo, a abordagem superficial e acrítica de problemas que exigem reflexão profunda e análise pluridimensional. Negativas, ainda devido à banalização e mercantilização excessiva da temática e à despolitização do problema. Essa despolitização implica uma leitura alienada do problema, que observa a crise ambiental sem enxergar suas causas profundas e sem questionar o modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e social que lhe dá sustentação. (Mansholt, 1973; Herculano, 1992; Morin & Kern, 1995).

Percebe-se, assim, no panorama mundial e brasileiro atuais, um duelo de forças favoráveis e desfavoráveis à expansão da consciência ecológica. De modo resumido podemos formular esse conflito em torno de duas categorias básicas, a saber: a daqueles interessados na transformação das relações entre a sociedade e a natureza – embora orientados por diversas propostas ecoanarquistas, ecossocialistas, fundamentalistas, alternativistas entre outras * – e a daqueles interessados na conservação da sociedade capitalista industrial, tal como se configura

* Para melhor identificação das tendências ambientalistas ver: LEIS, 1992 ; HERCULANO, 1992 e LIMA, 1997

no momento, defendendo apenas pequenos ajustes técnicos e demográficos. Diria até que estes últimos estão interessados em “mudar” para que tudo permaneça como está.

3. Os obstáculos à consciência ecológica

Conforme indicamos, o processo de conscientização da crise ambiental e a deflagração de ações para combatê-la, enfrenta um conjunto de fenômenos que funcionam como obstáculos a seu crescimento e realização. Entre esses fatores podem ser elencados: os interesses político-econômicos dos grupos socialmente hegemônicos, o tipo de ética predominante na sociedade capitalista industrial; o consumismo, uma certa leitura reducionista da consciência ecológica; a pobreza de largos contingentes populacionais e o baixo nível educacional e de cidadania dessas mesmas populações.

3.1 Os interesses políticos e econômicos dominantes

As exigências da racionalidade capitalista, expressas na incessante busca de produtividade, competitividade e lucratividade e materializadas num sistema produtivo e tecnocientífico orientado para tais fins, condicionam comportamentos imediatistas, individualistas e predatórios – por parte dos grandes grupos empresariais e pela própria ação governamental – que se refletem negativamente sobre o ambiente natural concreto e sobre a cultura ambiental simbólica. A realidade tem, seguidamente, demonstrado que os interesses da acumulação de capital se colocam como os principais responsáveis pela presente crise ambiental.

Os requisitos inerentes ao sucesso da empresa capitalista encerram incompatibilidades flagrantes com as propostas de preservação da vida. Entre tais requisitos pode-se destacar: a necessidade de volumes sempre crescentes de investimentos (para manter taxas constantes de crescimento), a perspectiva de tempo econômico pautado no curto e curtíssimo prazos – já que a rentabilidade depende da maior rotatividade do capital – e, os objetivos centrais visando o crescimento ilimitado e lucros imediatos. Essas características pressupõem um consumo crescente de recursos naturais e energéticos, um comportamento consumista por parte dos compradores e um estímulo obsessivo na busca do ganho rápido e fácil divorciado de

quaisquer considerações éticas. Essa conjugação de características e objetivos resulta numa equação insustentável, com impactos perversos sobre a vida humana – em especial da força de trabalho que torna tal sistema possível – e sobre o meio ambiente. (Cavalcanti, 1995).

Ilustra esse processo a análise comparativa de Stahel entre a aceleração do tempo econômico e a estabilidade do tempo biofísico no contexto do capitalismo. À luz da lei da entropia, tal análise conclui pela completa incompatibilidade entre esses dois ritmos, e identifica nesse descompasso a origem da crise ambiental e da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista (Stahel, 1995).

Furtado, por outro lado, em seu *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, desmistifica a doutrina desenvolvimentista que, segundo ele, serve, entre outros fins, para explorar os povos da periferia, legitimar a destruição de culturas e do meio físico e para justificar o caráter predatório do sistema produtivo por ela orientada. (Furtado, 1996). Portanto, os imperativos da razão capitalista e os meios técnicos construídos para sua realização, orientam ações e representações autolegitimadoras que contradizem as propostas práticas, teóricas e éticas de sustentabilidade socioambiental.

3.2 A ética no capitalismo industrial

O paradigma ético predominante na sociedade industrial se coloca como um forte obstáculo ao avanço da consciência e ação ecológicas, na medida em que atua como referência de comportamentos e ações individuais e sociais. Esse modelo ético caracterizado pelo individualismo, antropocentrismo e pelo utilitarismo é antagonizado por amplos setores do pensamento ambientalista que, justamente, apóiam seu pensamento e ação na crítica a estas tendências e em propostas variadas de reformulá-las. A exceção de partidários do que se convencionou nomear de ecocapitalismo – corrente que vê na crise ambiental o resultado de problemas demográficos e tecnológicos de fácil ajustamento, não demandando reformas profundas do modelo convencional de desenvolvimento capitalista – todos os demais matizes do ambientalismo tecem algum tipo de crítica ao padrão ético acima referido. (Leis, 1992; Herculano, 1992). Essa rede tecida com traços utilitários, individualistas e antropocêntricos condiciona comportamentos e legitimações marcados

pelo domínio e exploração do ambiente físico, em uma relação de sujeição sem limites, da natureza à sociedade humana. Boff nos lembra que, já entre os pais da modernidade ocidental, entre outros Descartes e Francis Bacon, se faz presente a proposta de subjugar a natureza, possuí-la e escravizá-la para extrair seus segredos. (Boff, 1995). Nesta concepção a natureza existe e é valorada, exclusivamente, em função do homem, para servi-lo e ser por ele dominada. Deixa de ter leis e necessidades próprias, passando a subordinar-se, estritamente, aos desígnios humanos. (Grün, 1996; Unger, 1992; Sung, 1995).

3.3 O consumismo e o meio ambiente

O consumismo é outra característica da sociedade contemporânea que produz impactos preocupantes sobre o ambiente natural e construído. A sociedade capitalista industrial criou o mito do consumo como sinônimo de bem-estar e meta prioritária do processo civilizatório. A capacidade aquisitiva vai, gradualmente, se transformando em medida para valorizar os indivíduos e fonte de prestígio social. A ânsia de adquirir e acumular bens deixa de ser um meio para a realização da vida, tornando-se um fim em si mesmo, o símbolo da felicidade capitalista. (Buarque, 1990; Gorz, 1968; Fromm, 1979)

Para a lógica capitalista de produção o principal objetivo é atender ao consumidor e estimular necessidades artificiais que promovam uma maior rotatividade e acumulação do capital investido. Naturalmente, nesta lógica as categorias de consumidor e indivíduo/cidadão são diferentes. Consumidor é toda pessoa dotada de poder aquisitivo, capaz de comprar mercadorias. O mercado e as mercadorias não são destinados a satisfazer toda e qualquer necessidade das pessoas, mas sim dos consumidores. É por esse motivo que vemos, frequentemente, por exemplo, o Brasil investir na exportação de soja para alimentar o rebanho animal europeu enquanto grandes contingentes da população brasileira não têm feijão pra comer e os produtos alimentares básicos – conhecidos como culturas de pobre como mandioca e feijão – não são atendidos com investimentos de pesquisa. Assistimos, também, diariamente, ao crescimento simultâneo do mercado de rações animais e do número de menores abandonados nas ruas. Isto porque o mercado no capitalismo é um eficiente instrumento para alocar recursos, para indicar os caminhos da maior rentabilidade

econômica, mas não foi programado para perceber e responder a necessidades e problemas sociais.

A natureza intrínseca do capitalismo exige, para sua sobrevivência, acumulação e investimentos crescentes o que inevitavelmente aponta para a estimulação do sistema de produção/consumo. O sistema de produção que satisfaz as necessidades dos consumidores é o mesmo que as cria; seja por processos de competição entre consumidores, pelo estímulo do sistema de valores e prestígio social, seja através da publicidade e marketing. Observa-se, assim, que a teoria econômica, historicamente, defendeu o crescimento do sistema de produção/consumo de forma completamente desvinculada de considerações éticas entre meios e fins. Os economistas, grosso modo, se atinham à satisfação dos consumidores sem se perguntar pela relevância, justiça, legitimidade ou pela racionalidade das necessidades atendidas (Galbraith, 1987; Buarque, 1990).

São, portanto, evidentes as conseqüências do consumismo sobre o meio ambiente e sobre a qualidade da vida social. Tal tendência conduz, por um lado, ao desperdício no uso de recursos naturais e energéticos e, por outro lado, agrava os problemas de geração e processamento de lixo. Do ponto de vista cultural e econômico aprofunda os processos de alienação e exploração do trabalho e cria irracionalidades como a indústria bélica, a proliferação de supérfluos e a obsolescência planejada. Representa, enfim, um tipo de comportamento e de ideologia que alimenta o processo de degradação, tanto das relações sociais em si quanto das relações entre sociedade e natureza.

3.4 Reduccionismo e consciência ecológica

Trata-se, neste momento, de criticar certas interpretações da problemática ambiental como reais entraves ao crescimento da consciência ecológica. São leituras reducionistas que se apresentam: a) reduzindo a complexidade da crise ecológica a um problema estritamente ecológico; e b) reduzindo o problema ecológico a um problema técnico, desvinculado de outras considerações. Ambas as colocações são limitadas e enganadoras. A primeira delas retira da consciência ecológica uma de suas características centrais que é a de unir realidades, articular e relacionar dimensões complementares que constituem um todo maior. Menosprezar essa capacidade articuladora significa perder a oportunidade de

experimentar uma visão sistêmica da realidade, que compreende a vida e a questão ambiental como um campo relacional, um todo integrado onde todas as partes se comunicam entre si e com a totalidade.

A segunda redução, também bastante frequente, expressa o tecnicismo e a excessiva simplificação que reduz a complexa multidimensionalidade da temática ambiental à unidimensionalidade técnica. Ou seja, tratar um problema ambiental que é resultante de fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e ecológicos conjugados como um problema exclusivamente técnico é, no mínimo, incorrer numa simplificação excessiva. Desconsidera o fato de que a crise ambiental é produto de um modelo de organização geral da sociedade, que comporta decisões políticas e econômicas que condicionam toda a vida individual e social. Está claro que a questão ambiental tem, entre outras, uma dimensão técnica, mas esta é precedida e condicionada por razões políticas e econômicas e, não o contrário como pretende a redução tecnicista. Mostra-se, assim, fora de propósito a leitura que pretende encontrar no desenvolvimento tecnológico a solução de todos os problemas. A mesma crítica pode ser estendida ao economicismo, que propõe soluções exclusivamente econômicas, como resposta a questões de maior complexidade.

3.5 Renda, cidadania, educação e consciência ecológica

Em anos recentes e, sobretudo a partir de 1987, data de publicação do Relatório Brundtland, o qual já mencionamos, ganha força no debate ambiental a relação entre pobreza social e degradação ambiental. Entre outras inovações introduzidas por este relatório, figura a constatação básica de que os problemas do meio ambiente estão diretamente relacionados com os problemas da pobreza e, que ambos, formam entre si um ciclo vicioso de gravidade crescente. Isto é, a pobreza ao mesmo tempo que contribui para a degradação ambiental sofre os efeitos do ambiente agredido. Significa que os mais pobres tendem a destruir, no curto prazo, os próprios recursos que deveriam garantir sua subsistência a longo prazo. Na verdade, essa constatação levou o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente a diagnosticar que as duas causas básicas da crise ambiental são o mau uso da riqueza e a pobreza. Os pobres, como vimos, pela própria situação de escassez em que vivem,

destróem os recursos naturais para sobreviver, enquanto os ricos consomem e desperdiçam, excessivamente, a base de recursos naturais deixando os custos, mais uma vez, para os mais pobres (Cima, 1991). Ignacy Sachs, economista polonês, formulador do Ecodesenvolvimento, muito antes do Relatório Bruntland já alertava para a desigualdade social como causa primária do mau desenvolvimento, fato, em geral, ocultado pelos arautos do desenvolvimentismo. Segundo ele, a opulência não é mais que a outra face da miséria e, embora as grandes vítimas sejam sempre os mais pobres, toda a sociedade perde em sistemas muito desiguais (Sachs, 1986). Isto porque, entre outros motivos, a concentração de riqueza, própria ao capitalismo, cria situações extremas e desfavoráveis à consciência e atitude ecológicas. Evidencia-se, pois, a importância da distribuição de renda como um instrumento democratizador que ao melhorar as condições gerais de vida de uma população – através do acesso à alimentação, trabalho, educação, saúde, informação, moradia e lazer – tende a favorecer mudanças e atitudes de defesa da vida, tanto dos próprios homens como de seu ambiente.

Raciocínio análogo desenvolvemos no tocante à relação entre cidadania e consciência ecológica. Neste sentido, as mentalidades tenderão a avançar à medida que se percebe o ambiente como um direito político, relacionado à qualidade de vida e ao usufruto de um patrimônio público comum. Trata-se, assim, de associar a politização da questão ambiental com o avanço da consciência e ação ecológicas. A realidade tem demonstrado que a ação e o nível de consciência ecológicas são mais presentes e desenvolvidos naqueles países com maior nível de informação, educação, renda e cidadania. Ou seja, onde os indivíduos conhecem e exercitam plenamente seus direitos e deveres sociais. Confirmam também essa tendência a maior incidência de organizações, partidos políticos e associações centradas na questão ambiental – assim como movimentos de protesto e de consumidores contra produtos e processos agressivos à vida e aos direitos dos cidadãos – nos países política e socioeconomicamente mais desenvolvidos.

Reconhecemos que ambos os condicionantes, renda e cidadania são fatores necessários mas não suficientes para transformar o nível de consciência de um povo. Essa transformação exige uma conjugação de elementos que além dos citados inclui a qualidade da educação e da informação, a motivação social e a capacidade de organização para

participar da solução dos problemas comunitários. Deve-se, ainda, observar que o processo de mudança de mentalidades e atitudes envolve um conjunto de estímulos econômicos, políticos, sociais e culturais e que a definição de uma ordem de prioridades entre eles dependerá de cada configuração social específica.

A educação é outro elemento chave no processo de mudança de mentalidades, hábitos e comportamentos no sentido de uma sociedade sustentável. Analistas e filósofos da educação preocupados com a questão ambiental têm desenvolvido propostas pedagógicas com características:

- a) democrática – que respeita e atua segundo o interesse da maioria dos cidadãos.
- b) participativa – onde o cidadão faz parte da elaboração de respostas aos problemas vividos pela comunidade que integra.
- c) crítica – que exercita a capacidade de questionar e avaliar a realidade socioambiental.
- d) transformadora – que busca a mudança de comportamentos, valores e mentalidades contrários à vida coletiva.
- e) dialógica – fundada no diálogo entre todos os participantes do processo educativo e da sociedade circundante.
- f) multidimensional – que pauta sua compreensão dos fatos na integração dos diversos aspectos da realidade. (Freire, 1996; Reigota, 1995; UNESCO/UNEP, 1977; Grün, 1996; Dias, 1993).

Isto significa dizer que uma educação convencional, conservadora, de tendência monodisciplinar, desintegrada da realidade comunitária e da participação social, acrítica e autoritária representa, na verdade, um obstáculo à mudança de consciência e atitudes.

Por outro lado, parece difícil pensar uma educação de qualidade em sociedades onde a educação continua sendo um privilégio e não um direito prioritário, onde a elite cultural importa dos centros industrializados não só conhecimentos técnicos mas concepções de desenvolvimento, valores e padrões de comportamento.

Merece, ainda, destaque certas propostas de educação ambiental que tendem a banalizar o tratamento da questão ambiental com um enfoque superficial, despolitizador e invertido dessa realidade. Isto porque, focaliza e dá excessiva atenção aos efeitos mais aparentes do problema sem questionar suas causas profundas, que dão origem à crise atual. É o caso, por exemplo, de chamar muita atenção para uma espécie ameaçada de extinção e promover sua reprodução em cativeiro, sem perguntar e discutir os modelos de ocupação e exploração dos recursos naturais, responsáveis

pela destruição de ecossistemas inteiros para satisfazer interesses econômicos e políticos, completamente alheios à degradação que causam. Assim, criar ilhas de conservação fica parecendo a melhor solução para um problema com raízes mais profundas. Concentra-se toda atenção em paliativos superficiais sem tocar nas reais causas que originam os problemas socioambientais. Além disso, análises superficiais do tipo citado tendem a atribuir, de modo genérico, as responsabilidades dos danos ambientais à ação humana, deixando de dizer que o homem vive em sociedades heterogêneas formadas por grupos e classes sociais com poderes, atividades e interesses diferenciados. Assim, os homens ocupam posições sociais diferentes e se relacionam com a natureza e o ambiente diversamente. Alguns são governantes outros governados; alguns são proprietários outros são assalariados; uns são produtores outros consumidores; uns incluídos outros excluídos. Portanto, a afirmação genérica de que “o homem” é o grande predador da natureza e do ambiente deve ser melhor qualificada para evitar conclusões apressadas e enganosas. É o caso de transferir para toda a sociedade as responsabilidades de um problema ambiental causado por um determinado grupo empresarial ou iniciativa governamental.

O problema de inversão da realidade se observa na ênfase que certas vertentes de educação ambiental colocam na esfera do consumo – destino do lixo, reciclagem, limpar a praia – em detrimento da esfera da produção, ponto de origem de todo processo industrial, onde se decide o que, quanto e como produzir. É o caso, por exemplo, da opção de usar embalagens renováveis ou descartáveis, de produzir mais bens necessários ou mais bens supérfluos, de escolher entre produtos com maior vida útil ou produtos que rapidamente se tornam obsoletos? Portanto, a educação ambiental exige uma compreensão mais global do sistema de produção/consumo e um enfoque que privilegie mais a esfera da produção (causa) – que engendra e condiciona toda a dinâmica produtiva – que a esfera do consumo (efeito), do contrário, estaremos invertendo e parcializando a realidade*. As citadas propostas de educação ambiental também tornam-

* Contribuição extraída de debate com a Profª Arlete Moyses Rodrigues, do Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Por isso, segundo ele, a identidade do brasileiro contém mais valores da vida privada que da vida pública, diferentemente de outras nações onde a coisa pública é mais valorizada e próxima do cidadão (Da Matta, 1996). Neste contexto, a participação social cumpre o relevante papel de romper o distanciamento entre a ação individual e coletiva e de mostrar a possibilidade de transformar a realidade no sentido de valorização da vida do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com o seu ambiente.

se despolitizadoras porque desconsideram as causas políticas da questão ambiental, substituindo-as por motivos e soluções técnicas e, assim fazendo, desviam a atenção pública dos interesses políticos e econômicos que, de fato, explicam a origem dos problemas socioambientais. É por esse motivo que analistas mais críticos da questão pensam a educação ambiental como uma educação política com vistas ao exercício pleno da cidadania. (Reigota, 1995).

4. Desafios à consciência ecológica

Vimos até aqui que, desde os anos 70 a consciência ecológica avançou bastante, embora, ainda não o suficiente para conter o crescente ritmo de degradação socioambiental.

Há, em primeiro lugar, que reconhecer-se que a consciência e o discurso ecológicos se expandiram mais rapidamente que os comportamentos e ações práticas. Portanto, o primeiro desafio consiste, justamente, em materializar idéias e teorias em práticas cotidianas ecologicamente orientadas.

Neste sentido insere-se como ingrediente indispensável o exercício da participação social. Todas as propostas de fortalecimento da sociedade civil, da cidadania e de melhoria da qualidade da vida social passam, necessariamente, pelo desenvolvimento da participação social. Diversos analistas das relações entre sociedade, meio ambiente, educação e sustentabilidade enfatizam a impossibilidade de realizar transformações com sentido democrático sem a promoção da participação social (Sorrentino, 1991; Penteado, 1994; Reigota, 1995; Guimarães, 1996). Chamam atenção para os vícios herdados de uma sociedade historicamente autoritária, paternalista, individualista e dotada de baixos níveis de educação política. Tais características sociais terminam produzindo nos indivíduos um conjunto de atitudes e sentimentos negativos que os distancia da ação coletiva e da mobilização para resolver seus próprios problemas comunitários. Assim, acabam predominando a descrença, a apatia, a inércia e o despreparo para a participação social. O indivíduo nessas condições tende a perder a confiança e a crença de que sua atitude individual se transforme numa iniciativa coletiva e eficaz, atrofiando as possibilidades de participação. Soma-se a isso o histórico descrédito nas autoridades e iniciativas públicas que tão bem se expressam no antigo divórcio entre o

público e o privado no Brasil. Da Matta, em pesquisas sobre o tema, observa com lucidez, que a vida pública no Brasil foi construída, desde a Colônia, de uma forma onde a casa (a esfera privada) funciona e a rua (a esfera pública) não.

Um outro ponto central nessa discussão reside na necessidade de exercitar um enfoque multidimensional na análise e tratamento dos problemas ambientais. Esse enfoque supera as abordagens anteriores de caráter unilateral e reducionista, que pretendiam explicar os problemas ambientais, ora por uma ótica econômica estrita, ora por um ponto de vista exclusivamente biológico ou técnico. Isto para não perder a riqueza e maior fidedignidade de uma compreensão e análise pluricausal da realidade, que incorpora e articula dimensões políticas, culturais, ecológicas, econômicas e filosóficas. Dentro dessa compreensão plural surge um outro desafio que é o de priorizar e hierarquizar as diversas dimensões do real, o que nos remete ao próximo ponto.

Refiro-me à politização da questão ecológica, já percebida e praticada por diversos setores do ambientalismo, mas ingenuamente esquecida por setores tradicionais do conservacionismo e bastante manipulada pelos setores dominantes do ecocapitalismo. Numa ou noutra versão tratam os problemas ecológicos, ora como problemas meramente biológicos, desvinculados das relações políticas e econômicas, ora como problemas estritamente técnicos, facilmente ajustáveis através do desenvolvimento tecnológico. O desafio, portanto, consiste em tratar os problemas ecológicos como problemas políticos. Conceber o ambiente como um patrimônio público comum e sua defesa como um direito político que amplia a compreensão e a prática da cidadania. Convergente com o desafio acima proposto, se coloca a questão do fortalecimento político da sociedade civil na construção da sustentabilidade social. Sem negar a importância da participação do Estado e do Mercado nesse processo a contribuição dos movimentos civis se revela como decisiva na reorganização de uma sociedade voltada aos interesses da maioria dos cidadãos e pautada em princípios democráticos, participativos, de justiça social, prudência ecológica e viabilidade econômica. As outras opções lideradas pelo Estado e pelo mercado, pela própria natureza dos interesses que encarnam, privilegiam, respectivamente, a intervenção normativa e controladora do sistema social – orientada por interesses fortemente contraditórios – e a eficiência alocativa a serviço de interesses privados.

Ademais, a realidade tem demonstrado que são a própria iniciativa estatal e privada os principais agentes responsáveis pela devastação socioambiental. Por outro lado, assistimos à perda progressiva do Estado de sua importância e autonomia na relação com os conglomerados transnacionais, no contexto da globalização e do neoliberalismo. Portanto, embora a via da sociedade civil e da cidadania se apresente, ainda, como uma alternativa frágil diante das três forças apresentadas – dada a composição de poder presente no neoliberalismo e da conseqüente desorganização, perplexidade e desmobilização da sociedade civil nesse quadro, em especial nos países periféricos – é a que representa a resposta mais legítima e sintonizada aos interesses e necessidades da maioria dos trabalhadores e a mais promissora, já que o Estado tende à atrofia e o mercado, embora em posição hegemônica, não responde aos crescentes e, cada vez mais, dramáticos problemas sociais.

Vimos pela análise precedente que a mudança da consciência e da ação ecológicas encontra obstáculos objetivos e subjetivos poderosos, cuja superação exige profundas transformações no modelo de desenvolvimento socioeconômico, na direção dos meios científicos e técnicos, nos padrões de comportamento social e nos referenciais éticos que dirigem os rumos hegemônicos da sociedade capitalista globalizada. A realização de tais mudanças vai, cada vez mais, exigir a descoberta dos limites quantitativos e qualitativos do crescimento econômico, a subordinação do avanço técnico-científico a controles éticos, a reforma da ética do egoísmo no sentido da solidariedade e o despertar para a dependência ecossistêmica a que está sujeita a sociedade e vida humanas. São tarefas e desafios de magnitude que vão exigir iniciativas proporcionais pautadas no diálogo, na participação social e na luta por uma vida mais digna.

5. Bibliografia

BOFF, Leonardo. *Princípio – Terra: A volta à terra como pátria comum*. São Paulo, Ática, 1995.

BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

- CAVALCANTI, Clóvis. *Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica*. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Cavalcanti, C. (org.), São Paulo, Cortez, 1995.
- CIMA. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Brasília, Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, 1991.
- CRESPO, Samira. *O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade*. MMA, Mast, ISER, 1997. Relatório parcial.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental, princípios e práticas*. São Paulo, Gaia, 1993.
- DA MATTA, Roberto. *Entrevista: Antropologia da preguiça*. ISTO É/ 1415, São Paulo, Ed. Três, 13/11/96.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade afluyente*. São Paulo, Pioneira, 1987.
- GORZ, Andre. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- GRÜN, Mauro. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas, SP, Papirus, 1996.

- GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP, Papirus, 1995.
- HERCULANO, Selena Carvalho. *Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz*. In: *Ecologia, ciência e política*. GOLDENBERG, M. (org.). Rio de Janeiro, Revan, 1992.
- LEIS, Hector Ricardo. *Ética ecológica: análise conceitual e histórica de sua evolução*. In: *Reflexão cristã sobre meio ambiente*. São Paulo, Loyola, 1992.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável*. In: *Revista Política & Trabalho*, nº 13, setembro de 1997, PPGS/UFPB.
- MANSHOLT, Sicco; MARCUSE, Herbert; MORIN, Edgar e outros. *Ecologia: caso de vida ou de morte*. Lisboa, Moraes, 1973.
- MATSUSHIMA, Kazue. *Dilema contemporâneo e educação ambiental: uma abordagem arquetípica e holística*. Brasília, ano X, nº 49, jan/mar, MEC/INEP, 1991.
- MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no século XX: o espírito do tempo II: necrose*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975.
- MORIN, Edgar & KERN, Brigitte. *Terra – pátria*. Porto Alegre, Sulina, 1995.
- PENTEADO, Heloísa Dupas. *Meio ambiente e formação de professores*. São Paulo, Cortez, 1994.
- REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice, 1986.

- SORRENTINO, Marcos. *Educação ambiental, participação e organização de cidadãos*. In: Em Aberto, v.10. n. 49, jan/mar, Brasília, MEC, 1991.
- STAHEL, Andri Werner. *Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e uma busca de alternativas sustentáveis*. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Cavalcanti, C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995.
- SUNG, Jung & SILVA, Josué Cândido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.
- UNESCO/UNEP. “*Intergovernmental Conference on Environmental Education, 1977, Tbilisi, URSS*”. Final Report. Tbilisi, CEI, 1977.
- UNGER, Nancy Mangabeira (org.). *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.
- VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector Ricardo. *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Hogan, D. & Vieira, P. F. (orgs.), Campinas, Unicamp, 1995.

